



MÍDIAS SOCIAIS E APRENDIZAGEM COLABORATIVA: POTENCIALIDADES E LIMITES NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Carlos Cesar Sobreira Lima¹

RESUMO

Este estudo teve como propósito analisar o uso das mídias sociais como ferramenta pedagógica nos anos finais do Ensino Fundamental, buscando compreender suas potencialidades e limites no processo de aprendizagem colaborativa. Partiu-se da constatação de que a cultura digital, amplamente presente no cotidiano dos estudantes, desafia a escola a ressignificar práticas educativas e a integrar recursos tecnológicos de forma crítica e significativa. Para atingir esse objetivo, utilizou-se uma abordagem qualitativa, fundamentada em uma revisão bibliográfica de caráter exploratório e descritivo, envolvendo obras, artigos científicos e pesquisas recentes que abordam o uso pedagógico das mídias sociais, a aprendizagem colaborativa e a relação entre tecnologia e educação. A análise das produções selecionadas evidenciou que as mídias sociais podem favorecer a interação, o engajamento, a troca de saberes e o desenvolvimento de competências comunicativas e colaborativas, além de ampliar os espaços e tempos de aprendizagem. Contudo, também foram identificados desafios relacionados ao uso inadequado dessas plataformas, à falta de formação docente, à desigualdade no acesso às tecnologias, bem como à necessidade de mediação pedagógica consistente e intencional. Conclui-se que o uso das mídias sociais no contexto escolar representa uma possibilidade relevante para inovar as práticas pedagógicas e promover aprendizagens mais participativas, desde que articulado a estratégias formativas, acompanhamento crítico e políticas educacionais que garantam acesso e uso responsável desses recursos.

Palavras-chave: Mídias Sociais; Aprendizagem Colaborativa; Ensino Fundamental; Cultura Digital; Prática Pedagógica.

RESUMEN

Este estudio tiene como propósito analizar el uso de las redes sociales como herramienta pedagógica en los últimos años de la Educación Primaria, buscando comprender sus potencialidades y limitaciones en el proceso de aprendizaje colaborativo. Se partió de la constatación de que la cultura digital, ampliamente presente en el cotidiano de los estudiantes, desafía a la escuela a ressignificar las prácticas educativas e integrar recursos tecnológicos de manera crítica y significativa.

Para alcançar este objetivo, se utilizó un enfoque cualitativo, basado en una revisión bibliográfica de carácter exploratorio y descriptivo, que incluyó libros, artículos científicos y estudios recientes sobre el uso pedagógico de las redes sociales, el aprendizaje colaborativo y la relación entre tecnología y educación. El análisis de las producciones seleccionadas evidenció que las redes sociales pueden favorecer la interacción, el compromiso, el intercambio de saberes y el desarrollo de competencias comunicativas y colaborativas, además de ampliar los espacios y tiempos de aprendizaje. Sin embargo, también se identificaron desafíos relacionados con el uso inadecuado de estas plataformas, la falta de formación docente, la desigualdad en el acceso a las tecnologías y la necesidad de una mediación pedagógica consistente e intencional. Se concluye que el uso de redes sociales en el contexto escolar representa una posibilidad relevante para innovar las prácticas pedagógicas y promover aprendizajes más participativos, siempre que esté articulado con estrategias formativas, acompañamiento crítico y políticas educativas que garanticen el acceso y el uso responsable de estos recursos.

Palabras clave: Redes Sociales; Aprendizaje Colaborativo; Educación Primaria; Cultura Digital; Práctica Pedagógica.

¹ Professor da Escola de Ensino Fundamental Henrique Gonçalves, Justa, Itaitinga-Ce. Graduado em Pedagogia pela Universidade do Vale do Acaraú (UVA), Ceará. Graduação em Gestão Escolar pela Universidade Estadual do Ceará. Mestrado em Ciências da Educação pela UNADES/PY.

INTRODUÇÃO

A crescente presença das tecnologias digitais na vida cotidiana tem provocado profundas mudanças sociais, culturais e educacionais. Entre essas transformações, destaca-se o papel das mídias sociais como espaços de interação, compartilhamento de informações e construção de comunidades virtuais. Para os estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental, essas plataformas fazem parte do cotidiano e influenciam não apenas seus modos de comunicação, mas também suas formas de aprender, pesquisar e se relacionar com o conhecimento. Nesse cenário, a escola é convocada a reconsiderar suas práticas e a incorporar, de maneira crítica e pedagógica, recursos tecnológicos que dialoguem com a realidade dos alunos e contribuam para a formação integral, participativa e conectada ao mundo contemporâneo.

A literatura atual aponta que as mídias sociais, quando utilizadas de forma planejada e intencional, podem funcionar como ferramentas pedagógicas capazes de promover a aprendizagem colaborativa. Tais plataformas ampliam as possibilidades de interação entre alunos e professores, permitem a construção coletiva do conhecimento, favorecem o protagonismo estudantil e incentivam práticas comunicativas multimodais. Além disso, possibilitam que o processo educativo ultrapasse os limites físicos da sala de aula, estendendo-se para ambientes digitais que estimulam a pesquisa, a criatividade e a cooperação entre pares. A aprendizagem colaborativa, por sua vez, fundamenta-se na troca de saberes, na resolução conjunta

de problemas e na valorização das contribuições individuais dentro de um projeto comum, alinhando-se às demandas pedagógicas do século XXI.

Entretanto, o uso educativo das mídias sociais também envolve desafios e limitações que precisam ser considerados. A falta de formação tecnológica dos docentes, a desigualdade no acesso às ferramentas digitais, os riscos relacionados à exposição excessiva, à desinformação e ao uso inadequado das redes, assim como a ausência de políticas institucionais claras, constituem obstáculos significativos para sua efetiva utilização pedagógica. Além disso, a escola enfrenta o desafio de transformar ambientes predominantemente voltados ao entretenimento em espaços que favoreçam aprendizagens significativas, exigindo mediação docente cuidadosa e práticas pedagógicas alinhadas aos objetivos curriculares.

A partir dessa realidade, este estudo se propõe a investigar o uso das mídias sociais como ferramenta pedagógica nos anos finais do Ensino Fundamental, com foco na promoção da aprendizagem colaborativa. Delimita-se, portanto, à análise das potencialidades e dos limites desse uso, à luz de pesquisas e produções científicas que tratam da relação entre educação, tecnologia e cultura digital. Assim, a questão norteadora que orienta a investigação pode ser expressa da seguinte maneira: quais são as potencialidades e os limites do uso das mídias sociais como ferramenta pedagógica para promover a aprendizagem colaborativa nos anos finais do Ensino Fundamental?

A relevância deste estudo se justifica por diferentes fatores. Do ponto de vista acadêmico, contribui para o aprofundamento teórico sobre práticas pedagógicas inovadoras mediadas pela tecnologia, ampliando o debate contemporâneo sobre cultura digital e educação. Do ponto de vista científico, fortalece o campo de pesquisas que buscam compreender como ambientes colaborativos podem ser potencializados por recursos digitais. Socialmente, o estudo assume relevância ao considerar que crianças e adolescentes estão cada vez mais inseridos em ambientes virtuais, exigindo que a escola desenvolva estratégias que promovam o uso responsável, ético e crítico das mídias sociais, contribuindo para a formação de sujeitos reflexivos, criativos e preparados para as demandas da sociedade digital.

O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar as potencialidades e os limites do uso das mídias sociais como ferramenta pedagógica para a aprendizagem colaborativa nos anos finais do Ensino Fundamental. Para atingir esse propósito, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos, que orientam o desenvolvimento da investigação: identificar, na literatura científica, os principais conceitos relacionados às mídias sociais e ao uso pedagógico das tecnologias digitais; avaliar as contribuições das mídias sociais para a promoção da aprendizagem colaborativa no contexto escolar; explicitar os desafios e limitações associados ao uso educativo das mídias sociais nos anos finais do Ensino Fundamental.

No que se refere à metodologia, adotou-se uma abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica de caráter exploratório e descritivo, envolvendo estudos, artigos científicos, livros e produções acadêmicas que discutem a relação entre mídias sociais, cultura digital e aprendizagem colaborativa. Esse procedimento metodológico

permite compreender criticamente as discussões existentes, mapear tendências e identificar lacunas que possam contribuir para reflexões futuras sobre o tema.

Por fim, esta pesquisa está organizada de modo a apresentar, inicialmente, os fundamentos teóricos que sustentam a relação entre educação, mídias sociais e aprendizagem colaborativa; em seguida, são analisadas as contribuições e limitações identificadas na literatura científica; e, finalmente, são apresentadas as considerações finais, destacando as implicações pedagógicas derivadas da pesquisa e sugerindo caminhos para novos estudos na área.

2.REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conceitos, características e tipologias das mídias digitais

As mídias sociais constituem um dos fenômenos centrais da cultura digital contemporânea e têm redefinido significativamente os modos de comunicação, interação e produção de conteúdo entre indivíduos e grupos sociais. Seu surgimento e expansão estão diretamente associados ao desenvolvimento da Web 2.0, marcada por plataformas interativas que permitem a participação ativa dos usuários na criação, edição e compartilhamento de informações. Kaplan e Haenlein (2010) definem as mídias sociais como um conjunto de aplicações baseadas na internet que se fundamentam nos princípios ideológicos e tecnológicos da Web 2.0, permitindo a criação e o intercâmbio de conteúdos gerados pelos próprios usuários. Essa concepção rompe com o modelo comunicacional unidirecional da mídia tradicional e inaugura práticas colaborativas, horizontais e dinâmicas.

Boyd e Ellison (2007), ao estudarem o conceito de redes sociais digitais, destacam que essas plataformas permitem a articulação de perfis públicos ou semipúblicos dentro de um sistema delimitado, bem como a conexão com outros usuários, formando redes de relações sociais. Esse modelo comunicacional amplia a visibilidade das interações e confere às mídias sociais um papel estruturante na construção das identidades digitais. Seus ambientes são permeados por recursos multimodais — como texto, imagem, vídeo, áudio e hiperlinks — que possibilitam novas formas de expressão e de participação cultural, sobretudo entre adolescentes e jovens.

No contexto dos anos finais do Ensino Fundamental, as mídias sociais fazem parte do cotidiano dos estudantes e influenciam seus modos de aprender, comunicar e se relacionar. Plataformas como YouTube, Instagram, WhatsApp, TikTok e Facebook não apenas servem como espaços de entretenimento, mas também são ambientes de busca de informações, resolução de dúvidas, socialização de conteúdos e construção colaborativa de saberes. Jenkins (2009) argumenta que essas plataformas refletem a cultura da convergência, na qual indivíduos participam ativamente de práticas culturais interativas, produzindo e remixando conteúdos em processos contínuos de participação. Tais práticas constituem formas contemporâneas de aprendizagem, ainda que informais, e revelam o potencial pedagógico desses ambientes quando mediados de maneira intencional.

Essas plataformas se caracterizam por alguns elementos fundamentais: interatividade, conectividade, compartilhamento, rapidez, colaboração e construção coletiva. Recuero (2014) destaca que as interações mediadas por computador são mediadas por affordances — ou possibilidades de ação — que moldam o comportamento dos usuários. Nas mídias sociais, essas affordances incluem desde a possibilidade de publicar conteúdos até a de reagir, comentar, remixar e redistribuir informações. Isso cria ambientes que favorecem práticas comunicativas aceleradas e altamente participativas.

Ao mesmo tempo, as mídias sociais possibilitam níveis elevados de engajamento, permitindo que os usuários assumam papéis ativos na produção textual e multimidiática. Para Buckingham (2010), essa dinâmica contribui para o desenvolvimento de novas formas de letramento digital, essenciais na sociedade contemporânea. Os estudantes deixam de ser receptores e tornam-se autores, editores e distribuidores de informações, desenvolvendo habilidades importantes para a aprendizagem colaborativa, como argumentação, cooperação e criatividade.

Contudo, o uso das mídias sociais não está isento de desafios. Pariser (2011) alerta para a formação de “bolhas informacionais”, produzidas pelos algoritmos que filtram conteúdos com base em interesses e histórico de navegação, restringindo a diversidade de perspectivas acessadas pelos usuários. Outros autores, como Livingstone (2014), discutem os riscos associados à privacidade, à exposição exagerada e ao cyberbullying, especialmente entre adolescentes. Essas plataformas também podem favorecer a desinformação, o que exige que a escola trabalhe criticamente competências relacionadas à verificação de informações, análise de fontes e compreensão do funcionamento dos algoritmos.

Além disso, as mídias sociais reforçam a lógica da visibilidade e da performance. Sibilia (2016) destaca que a cultura digital contemporânea estimula a construção de identidades voltadas para o espetáculo, nas quais jovens são permanentemente convidados a tornar suas experiências públicas. Essa dinâmica influencia a autoestima, as relações com os pares e as práticas discursivas dos estudantes, o que deve ser considerado ao utilizar tais plataformas como recurso pedagógico. A mediação docente torna-se, assim, elemento central para orientar o uso ético, crítico e responsável desses ambientes.

Mesmo diante desses obstáculos, as mídias sociais apresentam grande potencial para uso pedagógico quando incorporadas intencionalmente ao processo de ensino. Moran (2018) e Valente (2014) defendem que esses ambientes podem ampliar a comunicação entre professores e alunos, promover atividades de autoria, facilitar a cooperação e criar comunidades de aprendizagem. Sua utilização permite que os estudantes participem de projetos colaborativos, desenvolvam habilidades comunicacionais e explorem diferentes linguagens, aproximando os conteúdos escolares de suas práticas culturais cotidianas. Para os anos finais do Ensino Fundamental, esse potencial é ainda maior, pois essa fase é marcada pela busca de autonomia, necessidade de socialização e forte presença das tecnologias digitais no cotidiano. Assim, compreender as mídias sociais em seus aspectos conceituais, estruturais e comunicacionais é fundamental para a discussão proposta nesta pesquisa. Enquanto fenômeno sociotécnico que integra cultura, tecnologia e interação

humana, as mídias sociais constituem ambientes potentes para a aprendizagem colaborativa, desde que seu uso seja orientado por intencionalidade pedagógica, mediação crítica e compromisso ético. Tais elementos serão aprofundados ao longo do trabalho, articulando teoria, prática e análise das potencialidades e limites que permeiam o uso dessas plataformas na educação básica.

A compreensão das mídias sociais, enquanto fenômeno cultural, tecnológico e comunicacional, também requer analisar como esses ambientes operam sob lógicas específicas de visibilidade, interação e circulação de informações. Thompson (2011), ao discutir os meios de comunicação na modernidade, destaca a noção de “interação mediada”, caracterizada por práticas comunicativas que não exigem presença física, mas que criam formas particulares de troca simbólica. Nas mídias sociais, essa interação é intensificada pela possibilidade de múltiplos usuários participarem simultaneamente da produção e da interpretação de conteúdos, configurando o que Jenkins, Ford e Green (2014) denominam “circulação participativa”.

Esse tipo de circulação evidencia que, nas mídias sociais, os conteúdos não apenas se movimentam, mas se transformam à medida que são compartilhados, remixados e ressignificados pelos usuários. Essa característica reforça o papel ativo dos sujeitos na constituição dos sentidos e das narrativas digitais. Para adolescentes e jovens, esse processo representa uma oportunidade de desenvolver competências de autoria, edição e reconstrução do conhecimento, habilidades essenciais para a aprendizagem colaborativa.

Entretanto, compreender as mídias sociais também implica analisar a centralidade dos algoritmos que estruturam a visibilidade dos conteúdos. Gillespie (2018) destaca que as plataformas digitais são construídas sobre “arquiteturas algorítmicas” que regulam o que é exibido, o que ganha relevância e o que permanece invisível. Essa mediação algorítmica não é neutra, pois reflete interesses econômicos, critérios de engajamento e padrões de comportamento. Para a educação, essa discussão é fundamental: estudantes precisam compreender que suas experiências nas redes não são espontâneas, mas orientadas por lógicas invisíveis que moldam percepções e opiniões.

Outro elemento importante para a análise das mídias sociais é a noção de “capital social digital”, discutida por Ellison, Steinfield e Lampe (2011). Esses autores apontam que as redes sociais digitais ampliam as possibilidades de construção de laços sociais, permitindo o fortalecimento de vínculos interpessoais e o acesso a novos recursos simbólicos e informacionais. No contexto escolar, esse capital social pode favorecer a troca de conhecimentos, a formação de grupos de estudo e a construção de comunidades de aprendizagem que extrapolam os limites temporais e espaciais da sala de aula.

Por sua vez, estudos de boyd (2014) sobre juventude e redes sociais revelam que adolescentes utilizam essas plataformas para negociar pertencimento, autonomia e expressão identitária. Essas práticas são parte essencial da socialização contemporânea e influenciam diretamente os processos de aprendizagem. A escola, ao compreender essas dinâmicas, pode utilizar as mídias sociais para desenvolver

projetos que promovam empatia, colaboração e protagonismo estudantil, fortalecendo a construção de competências socioemocionais.

Além de sua dimensão social, as mídias sociais também exercem impactos significativos sobre a construção da opinião pública e a circulação de discursos. Habermas (2006), ao discutir a esfera pública, fornece subsídios teóricos para compreender como as redes digitais se tornam espaços de debate, mobilização e disputa narrativa. Embora sua teoria tenha sido formulada antes da ascensão das plataformas atuais, ela permanece útil para questionar como jovens participam — ou deixam de participar — de discussões sociais e políticas mediadas digitalmente. Na educação, isso implica considerar que as mídias sociais podem se constituir como ambientes formativos para a cidadania crítica.

A dimensão emocional dessas plataformas também merece destaque. Pesquisadores como Rideout, Foehr e Roberts (2010) demonstram que o envolvimento dos jovens com mídias sociais está associado a práticas de autorrepresentação, busca por validação e compartilhamento afetivo. Isso influencia o modo como estudantes se percebem e se relacionam com seus pares, podendo gerar tanto apoio socioemocional quanto conflitos digitais. Nesse sentido, o uso pedagógico das mídias sociais precisa levar em conta a necessidade de promover ambientes seguros, éticos e respeitosos, com orientações claras sobre convivência digital. Ademais, as mídias sociais participam daquilo que Jenkins (2006) denomina “cultura participativa”, marcada pela baixa barreira de entrada para a criação de conteúdos e pela forte valorização da colaboração. Essa cultura pode ser incorporada à educação como estratégia para promover metodologias ativas, projetos autorais, debates públicos e construção colaborativa de conhecimento. A aprendizagem, nesses ambientes, ocorre não apenas pela transmissão de informações, mas pela participação efetiva em práticas significativas e socialmente situadas.

Em contextos pedagógicos, é essencial reconhecer que o uso das mídias sociais exige mediação docente e alinhamento com objetivos formativos. Selwyn (2016) alerta que a simples presença das tecnologias não garante melhorias pedagógicas; ao contrário, pode reforçar desigualdades, dispersão e práticas superficiais se não houver intenção pedagógica clara. Assim, para que as mídias sociais sejam efetivas, é necessário integrá-las a projetos estruturados que incentivem criatividade, reflexão, interação e colaboração entre os estudantes.

Finalmente, ao analisar as mídias sociais como fenômeno educacional, é importante compreender que elas não substituem práticas escolares, mas ampliam possibilidades. Seu potencial pedagógico reside na capacidade de aproximar educação e cultura digital, criando ambientes de aprendizagem que dialoguem com o cotidiano dos estudantes. Dessa forma, as mídias sociais podem atuar como ferramentas mediadoras que fortalecem vínculos, estimulam a expressão, fomentam a autoria e promovem a aprendizagem colaborativa, desde que seu uso seja orientado por critérios éticos, pedagógicos e críticos.

A discussão sobre as mídias sociais também se amplia quando se observa sua inserção no que Jenkins, Ito e boyd (2016) nomeiam como “ecologias de participação”, ambientes nos quais jovens transitam de forma fluida entre práticas de

entretenimento, sociabilidade, consumo e aprendizagem informal. Esses ambientes configuram redes híbridas em que fronteiras entre produtor e consumidor se desfazem, dando origem ao conceito de *prosumidores* (Toffler, 1980). Esse fenômeno evidencia que os estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental não apenas utilizam as mídias sociais como consumidores, mas como agentes ativos, capazes de produzir, remixar e reinterpretar conteúdos. Tal dinâmica aproxima-se fortemente de abordagens pedagógicas que valorizam autoria, criatividade e colaboração.

As mídias sociais também podem ser compreendidas no contexto da “sociedade da exposição”, termo discutido por Han (2014), que aponta como as plataformas digitais promovem uma lógica de transparência excessiva, na qual os sujeitos se tornam permanentemente acessíveis e observáveis. Essa dinâmica implica riscos psicossociais que precisam ser debatidos no ambiente escolar, sobretudo entre adolescentes, fase em que questões como autoestima, aceitação e pertencimento ganham centralidade. A escola, ao utilizar mídias sociais como ferramentas pedagógicas, precisa considerar os impactos dessa visibilidade sobre o comportamento e o bem-estar dos estudantes.

Outro elemento importante é compreender as mídias sociais como parte de um ecossistema informacional guiado pelo que Jenkins (2009) chama de “inteligência coletiva”. Plataformas como YouTube, Reddit ou fóruns especializados permitem que usuários compartilhem conhecimentos em comunidades diversas, construindo repertórios coletivos. Essa lógica de colaboração e compartilhamento é extremamente relevante para a aprendizagem, pois reproduz práticas de apoio mútuo, explicações entre pares, tutoria informal e resolução colaborativa de problemas — competências essenciais para educação contemporânea.

Além disso, estudos recentes sobre o comportamento juvenil em ambientes digitais, como os realizados por Ito et al. (2013), demonstram que os jovens aprendem nas mídias sociais por meio de três modos principais: *hanging out* (socializar), *messing around* (experimentar livremente) e *geeking out* (aprofundar-se em temas de interesse). Esses modos revelam que as redes sociais são ambientes ricos para aprendizagens espontâneas, motivadas pela curiosidade e pelo pertencimento, dimensões que a escola pode aproveitar, incorporando práticas que valorizem o engajamento natural dos estudantes com essas plataformas.

A relação entre mídias sociais e práticas linguísticas também é objeto de estudo de Crystal (2011), que afirma que a linguagem digital produz novas formas de escrita, marcadas pela informalidade, economia linguística, criatividade e multimodalidade. Ao mesmo tempo em que isso suscita debates sobre “empobrecimento da escrita”, outros autores, como Barton e Lee (2013), argumentam que essas práticas representam uma ampliação dos repertórios comunicativos e contribuem para o desenvolvimento de competências discursivas contemporâneas. Assim, a escola pode se beneficiar dessas dinâmicas para promover práticas de letramento diversificadas e contextualizadas.

Outro autor fundamental para entender as relações humanas nas mídias sociais é Goffman (2009), cujo conceito de “apresentação de si” se torna ainda mais evidente no contexto digital. Nas redes, os indivíduos constroem performances

identitárias que influenciam suas interações e sua percepção de pertencimento. No ambiente escolar, essa construção identitária digital pode ser explorada pedagogicamente para promover debates sobre ética, diversidade, respeito, empatia e práticas de convivência, fortalecendo a formação socioemocional dos alunos.

As mídias sociais, no entanto, também operam sob a lógica da economia da atenção, conforme discutido por Davenport e Beck (2001). Nessas plataformas, o foco dos usuários é disputado por estímulos constantes, o que pode gerar dispersão, sobrecarga cognitiva e perda de profundidade na assimilação de informações. Para a educação, isso representa um desafio relevante: o uso pedagógico das mídias sociais precisa ser cuidadosamente planejado para que potencialize a aprendizagem, sem contribuir para práticas superficiais ou fragmentadas de estudo.

A dimensão política das mídias sociais também merece destaque. Como discutem Gerbaudo (2012) e Castells (2012) ao analisarem movimentos sociais contemporâneos, as plataformas digitais se tornaram espaços de mobilização, organização e expressão coletiva. Para os estudantes, essas experiências ampliam a noção de cidadania e podem ser exploradas pedagogicamente por meio de projetos que incentivem participação social, debates de questões públicas e formação crítica.

As mídias sociais têm ainda sido estudadas como ambientes de construção de comunidades afetivas e de apoio mútuo. Kozinets (2015), ao analisar comunidades online, mostra que esses grupos constituem espaços densos de troca simbólica, ajuda, motivação e reconhecimento. No contexto escolar, grupos criados em plataformas como WhatsApp, Instagram ou Facebook podem funcionar como comunidades colaborativas de aprendizagem, favorecendo processos de trocas, interações e esclarecimento de dúvidas entre estudantes.

Por fim, compreender as mídias sociais de forma ampliada significa reconhecer que elas não são apenas tecnologias, mas ambientes culturais, políticos, econômicos, sensoriais e afetivos. Sua presença na vida juvenil é profunda e complexa, influenciando modos de pensar, agir e aprender. Assim, ao discutir seu uso pedagógico, é fundamental compreender o fenômeno em toda sua amplitude, reconhecendo potencialidades e limites, riscos e oportunidades, aspectos que serão aprofundados nas próximas seções desta pesquisa.

2.2 Abordagens, possibilidades e desafios das mídias sociais na educação

A inserção das mídias sociais no campo educacional tem sido tema de crescente interesse nas últimas décadas, acompanhando o avanço da cultura digital e a intensificação do uso dessas plataformas por crianças e adolescentes. No cenário escolar, especialmente nos anos finais do Ensino Fundamental, as mídias sociais emergem como práticas culturais profundamente enraizadas no cotidiano dos estudantes, o que exige que a escola repense seus modelos pedagógicos para dialogar com essas novas formas de aprender e de participar socialmente. Selwyn (2016) destaca que o uso das tecnologias na educação não deve ser entendido de forma tecnicista, mas como fenômeno social e cultural que transforma — e é transformado — pelas práticas escolares. Assim, compreender as mídias sociais na educação exige considerar tanto suas potencialidades quanto suas contradições.

O uso pedagógico das mídias sociais pode se apoiar na ideia de aprendizagem colaborativa, na medida em que essas plataformas facilitam a troca de informações, a construção coletiva de conhecimentos e a interação entre pares. Vygotsky (1991), ao destacar a importância do contexto social e das interações humanas no processo de aprendizagem, fornece base teórica essencial para compreender como os ambientes digitais podem potencializar processos colaborativos nas atividades escolares. As interações mediadas por redes sociais permitem que os estudantes construam significados de forma conjunta, apoiando-se em explicações mútuas, diálogos contínuos e participação ativa, em consonância com teorias socioconstrutivistas.

Além disso, Moran (2018) argumenta que as mídias sociais podem ampliar a comunicação entre professores e estudantes, criando ambientes mais flexíveis, interativos e motivadores. Ao integrar plataformas como WhatsApp, Instagram, YouTube ou grupos fechados no Facebook, os docentes podem desenvolver projetos que estimulem a autoria, a pesquisa, a produção multimídia e o engajamento dos alunos. Esses ambientes dialogam com os repertórios culturais dos estudantes e podem favorecer aprendizagens mais significativas, uma vez que se aproximam de suas vivências e interesses cotidianos.

Por outro lado, a literatura aponta que a simples presença das mídias sociais não garante sua eficácia pedagógica. Para Valente (2014), o uso das tecnologias digitais deve ser orientado por intencionalidade educativa, planejamento estruturado e mediação qualificada do professor. Sem esses elementos, as mídias sociais podem se tornar dispersivas, superficiais ou pouco produtivas. Isso reforça a necessidade de formação docente contínua e reflexiva, que permita aos professores compreenderem as dinâmicas digitais, explorarem diferentes recursos multimidiáticos e criarem estratégias didáticas coerentes com seus objetivos pedagógicos.

As mídias sociais também se relacionam diretamente com os multiletramentos, conceito discutido por Cope e Kalantzis (2009), que engloba a capacidade de compreender e produzir diferentes linguagens presentes no ambiente digital. A aprendizagem que ocorre nas redes sociais é marcada pela multimodalidade, pela hipertextualidade e pela remixagem de conteúdos, o que exige que a escola desenvolva práticas pedagógicas que valorizem a leitura crítica, a análise de fontes e a autoria responsável. Nesse sentido, o uso das mídias sociais pode favorecer competências essenciais para o século XXI, como criatividade, comunicação, colaboração e pensamento crítico. Contudo, o uso das mídias sociais na educação também apresenta riscos e desafios. Livingstone (2014) alerta para questões relacionadas à privacidade, exposição excessiva, desinformação e cyberbullying, que podem impactar negativamente o ambiente escolar. Esses desafios exigem que a escola trabalhe a cidadania digital, formando estudantes capazes de agir com responsabilidade, ética e consciência em ambientes digitais. A BNCC reforça essa necessidade ao incluir, entre suas competências gerais, o uso crítico e ético das tecnologias digitais, articulando educação e cidadania em um mesmo eixo formativo.

Outro ponto relevante diz respeito às desigualdades digitais. Warschauer (2006) destaca que o acesso à tecnologia não se limita à disponibilidade de dispositivos, mas envolve condições socioeconômicas, habilidades, letramentos e culturas digitais.

Assim, a implementação de atividades pedagógicas com mídias sociais deve considerar a diversidade de contextos vividos pelos estudantes, evitando práticas que reforcem desigualdades. Cabe à escola promover inclusão digital ampla, garantindo que todos os alunos tenham oportunidades equitativas de acesso e participação.

As mídias sociais também podem fortalecer práticas pedagógicas inovadoras, alinhadas às metodologias ativas. Ambientes como blogs, canais educativos, fóruns e redes colaborativas permitem que os estudantes assumam papel de protagonistas, investigando temas, produzindo conteúdos, interagindo com colegas e construindo repertórios ampliados de aprendizagem. Para Jenkins (2009), a cultura participativa é fundamental para desenvolver habilidades de colaboração e criatividade, elementos centrais para práticas pedagógicas que valorizem protagonismo e engajamento.

Ao mesmo tempo, as mídias sociais trazem implicações importantes para a postura docente. Kenski (2012) destaca que o professor não deve atuar como mero transmissor de conteúdos, mas como mediador, orientador e curador de informações, ajudando os alunos a navegar de maneira crítica pelas redes digitais. Essa mudança no papel docente exige novas competências, incluindo domínio tecnológico, sensibilidade pedagógica, capacidade de orientação ética e habilidade para integrar múltiplas linguagens em práticas educativas significativas.

Em síntese, o uso das mídias sociais na educação apresenta um campo complexo, que exige reflexão, planejamento e mediação qualificada. Suas potencialidades podem favorecer aprendizagens colaborativas, autorais e conectadas à cultura digital dos estudantes, enquanto seus desafios alertam para a necessidade de cuidado pedagógico, formação docente e promoção da cidadania digital. Assim, compreender as mídias sociais no contexto escolar é fundamental para a construção de práticas educativas transformadoras, especialmente nos anos finais do Ensino Fundamental, fase marcada pela intensa presença das tecnologias digitais na vida dos alunos.

Ao analisar o papel das mídias sociais na educação, é essencial compreender que esses ambientes digitais funcionam como ecossistemas comunicacionais que se conectam diretamente às práticas juvenis. Para Boyd (2014), as redes sociais não são apenas espaços tecnológicos, mas cenários de sociabilidade em que os jovens experimentam pertencimento, constroem identidade e negociam relações de poder. Nesse sentido, integrar tais plataformas ao processo educativo significa reconhecer que os estudantes já desenvolvem competências comunicativas e culturais nesses espaços, que podem — com mediação adequada — ser potencializadas na construção do conhecimento escolar.

No âmbito das práticas pedagógicas, estudos como os de Greenhow e Robelia (2009) evidenciam que as mídias sociais favorecem aprendizagens informais e criativas, estimulando a autonomia e o pensamento crítico. Esses ambientes oferecem oportunidades para que os alunos explorem conteúdos de interesse pessoal, produzam materiais multimodais e participem de comunidades de prática, conforme discutido por Wenger (1998). Essa integração pode fortalecer o engajamento estudantil, aproximando a sala de aula das experiências digitais já presentes no cotidiano dos jovens.

Outro aspecto relevante refere-se ao desenvolvimento dos chamados “letramentos críticos digitais”, conforme defendem Luke (2012) e Kellner (2015), que destacam a importância de formar jovens capazes de analisar discursos, identificar manipulações, compreender algoritmos, reconhecer fake news e participar de discussões públicas com responsabilidade. Ao utilizar mídias sociais como ferramenta pedagógica, a escola pode desenvolver práticas que promovam análise crítica de conteúdos digitais, debates e reflexões sobre ética, privacidade e comportamento online, fortalecendo a cidadania digital e o senso crítico.

As mídias sociais também se configuram como espaços de construção de comunidades colaborativas. Howard Rheingold (2012) introduz o conceito de “inteligência coletiva aplicada”, que explica como grupos podem resolver problemas, aprender e produzir conhecimento de forma conjunta por meio das redes. Tais comunidades se desenvolvem através da coordenação, da cooperação e da contribuição contínua entre os usuários — elementos que dialogam diretamente com a aprendizagem colaborativa e com práticas pedagógicas que privilegiam a participação e o protagonismo dos estudantes.

Além disso, a dimensão afetiva das mídias sociais não pode ser ignorada. Pesquisadores como Turkle (2017) e Sibilia (2016) mostram que esses ambientes influenciam diretamente as emoções, relações interpessoais e autoestima dos jovens. Embora ofereçam espaços de expressão, apoio e pertencimento, também apresentam riscos como comparação social, exposição exagerada e ambientes hostis. Portanto, incorporar mídias sociais ao contexto educativo exige um trabalho cuidadoso com competências socioemocionais, promovendo empatia, respeito e autocontrole, elementos essenciais para a convivência digital e para ambientes colaborativos de aprendizagem.

Na perspectiva do currículo, a BNCC (2017) reforça a importância da cultura digital como componente formativo dos estudantes, destacando o desenvolvimento de competências relacionadas à comunicação digital, uso ético das tecnologias e participação responsável em ambientes virtuais. Ao incluir as mídias sociais em projetos pedagógicos, a escola não apenas cumpre essas diretrizes, como contribui para uma formação integral, conectando teoria, prática e vivências contemporâneas.

Ainda assim, diversos desafios precisam ser considerados. Selwyn (2016) aponta que a incorporação das mídias sociais na educação é marcada por tensões, como resistência docente, falta de formação continuada, precariedade da infraestrutura e pressões institucionais que mantêm modelos tradicionais de ensino. Há também o risco de deslocar práticas pedagógicas para ambientes que reforcem superficialidade, consumo acelerado e distrações constantes, conforme alerta Carr (2011) ao discutir os impactos cognitivos da cultura digital. Esses riscos reforçam a necessidade de desenvolver estratégias didáticas intencionais, equilibradas e alinhadas aos objetivos de aprendizagem.

A relação entre escola e mídia social também deve considerar questões éticas e de proteção de dados. Zuboff (2019) discute o “capitalismo de vigilância”, no qual plataformas coletam e utilizam informações pessoais para fins comerciais, algo que exige atenção especial quando envolve crianças e adolescentes. Isso demanda que

escolas e professores estejam atentos às políticas de privacidade das plataformas utilizadas, orientem os estudantes e adotem práticas responsáveis para garantir segurança digital.

Por fim, pesquisas como as de Redecker (2020) sobre inovação educacional na era digital mostram que as mídias sociais podem atuar como catalisadoras de práticas pedagógicas inovadoras, sobretudo quando integradas a metodologias como aprendizagem baseada em projetos, ensino híbrido e ensino por investigação. Nessas abordagens, as redes sociais funcionam como espaços de compartilhamento, consulta, debate e exposição dos trabalhos, fortalecendo o protagonismo juvenil e o sentido de pertencimento às atividades escolares. Nesse contexto, o uso pedagógico das mídias sociais revela-se como uma oportunidade de transformar a cultura escolar, alinhando-se às práticas digitais dos estudantes e promovendo aprendizagens mais interativas, críticas e colaborativas. No entanto, essa integração deve ocorrer de forma planejada, reflexiva e responsável, para que se estabeleça um equilíbrio entre o potencial formativo e os limites que permeiam o ambiente digital. Assim, a reflexão sobre mídias sociais na educação torna-se fundamental para compreender os caminhos possíveis para práticas educativas mais conectadas, inclusivas e inovadoras, especialmente nos anos finais do Ensino Fundamental.

A incorporação das mídias sociais na educação também pode ser analisada à luz das teorias de ecossistemas digitais de aprendizagem, que concebem o processo educativo como uma rede dinâmica composta por múltiplos ambientes, atores e tecnologias. Segundo Lemke (2010), a aprendizagem na contemporaneidade ocorre de forma distribuída por diferentes espaços — físicos, virtuais, formais e informais — nos quais os estudantes constroem conhecimentos interligando experiências diversas. As mídias sociais, nesse sentido, funcionam como extensões do ambiente escolar, ampliando tempos, espaços e oportunidades de interação, permitindo que o aprender ultrapasse os limites da sala de aula tradicional.

Nesse contexto, Siemens (2005), ao apresentar o conectivismo como teoria da aprendizagem para a era digital, argumenta que o conhecimento está distribuído em redes e que aprender consiste em saber conectar-se a fontes de informação e comunidades de prática. As mídias sociais, devido à sua natureza hiperconectiva, tornam-se ambientes privilegiados para que os estudantes desenvolvam competências conectivas, como selecionar informações relevantes, estabelecer redes de colaboração, compartilhar ideias e participar de processos coletivos de construção de saberes.

Do ponto de vista da psicologia educacional, Bandura (2001) destaca que a aprendizagem social ocorre por meio da observação, imitação e interação com modelos sociais significativos. Nas mídias sociais, os estudantes constroem saberes observando colegas, influenciadores, professores e comunidades diversas. Esses processos de aprendizagem observacional reforçam o potencial pedagógico das plataformas digitais, que podem ser utilizadas para modelar comportamentos positivos, promover cooperação e estimular práticas de apoio mútuo entre os alunos. Outro aspecto importante refere-se ao potencial das mídias sociais para fortalecer o engajamento dos estudantes. Fredricks, Blumenfeld e Paris (2004) explicam que o engajamento envolve dimensões emocionais, comportamentais e cognitivas. Ao

utilizar mídias sociais de forma intencional, os professores podem estimular maior participação, entusiasmo e senso de pertencimento nas atividades escolares, uma vez que essas plataformas dialogam com o universo afetivo e comunicativo dos alunos. Essa motivação extrínseca pode evoluir para motivação intrínseca, principalmente quando as atividades envolvem autonomia, criatividade e relações colaborativas.

Pesquisadores como Dron e Anderson (2014) destacam ainda o papel das mídias sociais na criação de “grupos conectivos e coletividades digitais”, que são espaços flexíveis em que os estudantes interagem de acordo com interesses, projetos e afinidades. Esses grupos funcionam como redes de apoio e troca de conhecimentos, fortalecendo o trabalho em equipe e o compartilhamento de perspectivas diversas. No contexto escolar, tais coletividades digitais podem se transformar em comunidades de aprendizagem, sustentadas por interação, diálogo e participação contínua.

As mídias sociais também oferecem recursos valiosos para práticas de avaliação formativa e feedback. Black e Wiliam (2009) explicam que o feedback contínuo e dialógico contribui significativamente para a aprendizagem. Em ambientes digitais, os professores podem utilizar comentários, fóruns, mensagens privadas, enquetes e postagens para acompanhar o progresso dos estudantes e oferecer orientação personalizada, ampliando a relação pedagógica e aproximando-se de suas necessidades.

Ao mesmo tempo, o uso de mídias sociais demanda atenção às competências digitais docentes. Mishra e Koehler (2006), com o modelo TPACK (Conhecimento Tecnológico, Pedagógico e de Conteúdo), defendem que o professor precisa integrar conhecimento pedagógico, domínio tecnológico e compreensão do conteúdo para aplicar tecnologias de forma significativa. Assim, a eficácia pedagógica das mídias sociais depende da capacidade do professor de articular esses três componentes, criando propostas coerentes, seguras e didaticamente apropriadas.

Por outro lado, os desafios éticos e regulatórios também se intensificam. Livingstone, Stoilova e Nandagiri (2018) alertam para questões relacionadas à proteção de dados, consentimento digital e direitos das crianças online, aspectos fundamentais no uso pedagógico das mídias sociais. É necessário que as instituições escolares adotem diretrizes claras, protocolos de segurança e políticas de uso responsável, garantindo que o ambiente digital seja seguro e respeite a privacidade dos estudantes.

Outro debate contemporâneo envolve o papel das mídias sociais na construção de pensamento crítico. Kellner e Share (2007) defendem que a educação midiática crítica deve capacitar os estudantes a analisar discursos, identificar interesses ideológicos, compreender a produção de narrativas e avaliar a credibilidade de informações. Tal abordagem é crucial em um cenário marcado pela disseminação de fake news, discursos polarizados e manipulações digitais. Incorporar essas discussões ao contexto escolar fortalece a formação de cidadãos críticos, ativos e responsáveis.

Além disso, as mídias sociais permitem que os estudantes participem de redes de aprendizagem globais. Rheingold (2012) destaca que comunidades digitais

transnacionais possibilitam o intercâmbio de conhecimentos entre pessoas de diferentes culturas, ampliando horizontes e promovendo a aprendizagem intercultural. Essas experiências podem enriquecer projetos escolares, permitindo que os alunos tenham contato com realidades diversas e desenvolvam competências globais.

No entanto, Selwyn e Facer (2013) lembram que a escola não deve adotar as mídias sociais de forma acriticamente. É necessário reconhecer que essas plataformas também reproduzem desigualdades, disputas ideológicas e práticas de vigilância comercial. A mediação pedagógica deve, portanto, equilibrar inovação e criticidade, garantindo que o uso das mídias sociais fortaleça objetivos educativos e não apenas siga tendências tecnológicas. Assim, a presença das mídias sociais na educação configura um campo multifacetado, repleto de potencialidades, mas também permeado por desafios éticos, culturais, pedagógicos e sociais. Considerar todas essas dimensões é fundamental para que a integração dessas plataformas no contexto dos anos finais do Ensino Fundamental ocorra de forma responsável, crítica e inovadora, contribuindo efetivamente para aprendizagens mais colaborativas, significativas e alinhadas às demandas da cultura digital contemporânea.

2.3 Relacionando mídias sociais e aprendizagem colaborativa

A relação entre mídias sociais e aprendizagem colaborativa constitui um dos campos mais relevantes da pesquisa educacional contemporânea, sobretudo no ensino fundamental anos finais, contexto marcado pela forte presença da cultura digital na vida dos estudantes. As mídias sociais, enquanto espaços interativos e participativos, favorecem práticas de construção coletiva do conhecimento, ampliam a comunicação entre pares e possibilitam que os alunos assumam papéis ativos no processo de aprendizagem. Nesse sentido, sua integração com práticas colaborativas representa uma convergência natural entre formas atuais de socialização e propostas pedagógicas que valorizam participação, autonomia e protagonismo estudantil.

Vygotsky (1991) fundamenta essa relação ao afirmar que o desenvolvimento humano se dá por meio da interação social mediada. As mídias sociais funcionam como mediadores tecnológicos, permitindo que os estudantes troquem informações, negociem significados e atuem colaborativamente, independentemente de tempo ou espaço. Ambientes digitais como grupos fechados no Facebook, canais colaborativos no YouTube, comunidades no WhatsApp, fóruns educativos e plataformas como Instagram e TikTok tornam-se extensões do espaço escolar, ampliando oportunidades para diálogos, debates e produções coletivas.

Pesquisas como as de Greenhow (2020) e Selwyn (2016) reforçam que as redes sociais são ambientes propícios para a aprendizagem colaborativa porque facilitam a circulação de ideias, o compartilhamento de recursos e a criação de comunidades de prática. Essas comunidades, conforme conceituadas por Wenger (1998), constituem grupos de indivíduos que aprendem juntos, compartilham repertórios e constroem significados coletivamente — características presentes em grupos de estudos digitais, projetos colaborativos e espaços de discussão online organizados por professores e alunos.

Outro aspecto central refere-se à comunicação multimodal. Cope e Kalantzis (2009) explicam que a cultura digital favorece letramentos múltiplos, envolvendo textos, vídeos, imagens, hiperlinks, infográficos e produções audiovisuais. Nas mídias sociais, a aprendizagem colaborativa não se desenvolve apenas por meio da escrita, mas também por produções multimidiáticas que enriquecem a elaboração coletiva de conteúdos. Essa multiplicidade de linguagens amplia a participação de estudantes com diferentes estilos de aprendizagem, permitindo que cada um contribua segundo suas habilidades e preferências.

As mídias sociais também potencializam a aprendizagem colaborativa ao promover ambientes de engajamento contínuo. Jenkins (2009) destaca que a cultura participativa presente nas redes favorece práticas de autoria, remixagem e colaboração espontânea, que dialogam com as metodologias ativas. Em grupos de estudo digitais, os estudantes fazem perguntas, elaboram respostas, compartilham vídeos explicativos, revisam trabalhos dos colegas e desenvolvem projetos em conjunto, o que fortalece a construção coletiva do conhecimento e o senso de comunidade.

Do ponto de vista cognitivo, a colaboração mediada por mídias sociais amplia processos de co-regulação e auto-organização. Palincsar (1998) explica que a co-regulação ocorre quando estudantes monitoram conjuntamente o processo de aprendizagem, oferecendo ajuda mútua, ajustando estratégias e negociando significados. Em ambientes digitais, esses processos se tornam visíveis por meio de comentários, curtidas, marcações, partilhas de links, reorganização de tarefas e produção conjunta de registros. A visibilidade das contribuições individuais fortalece a responsabilidade compartilhada e torna mais claro o papel de cada estudante no processo coletivo.

Além disso, os ambientes digitais favorecem o feedback contínuo, elemento crucial para a aprendizagem colaborativa. Black e Wiliam (2009) afirmam que o feedback formativo melhora significativamente o desempenho dos alunos. Nas mídias sociais, esse feedback ocorre de maneira rápida, direta e diversificada, tanto entre pares quanto entre professores e estudantes. A possibilidade de revisão colaborativa de textos, comentários coletivos sobre produções e discussões ampliadas contribuem para processos mais dinâmicos e reflexivos de aprendizagem.

Outro ponto importante é o enriquecimento da motivação e do engajamento estudantil. Fredricks, Blumenfeld e Paris (2004) destacam que o engajamento envolve dimensões emocionais, cognitivas e comportamentais. As mídias sociais ativam essas dimensões ao proporcionar ambientes interativos, reconhecimentos simbólicos (comentários, curtidas, compartilhamentos) e sentimento de pertencimento a uma comunidade digital. Tais fatores fortalecem a participação dos estudantes e favorecem o envolvimento profundo nas atividades colaborativas.

Contudo, a relação entre mídias sociais e aprendizagem colaborativa também apresenta desafios. Selwyn (2016) aponta que a dispersão digital, a presença de fake news e as superficialidades comunicacionais podem impactar negativamente o processo educativo. Da mesma forma, Livingstone (2014) alerta para riscos relacionados à privacidade, à exposição excessiva e ao cyberbullying. Esses desafios

reforçam a necessidade de formação docente e de educação midiática para os estudantes, garantindo que o uso pedagógico das mídias sociais seja ético, seguro e alinhado aos objetivos educacionais.

Autores como Mishra e Koehler (2006), com o modelo TPACK, enfatizam que a integração das mídias sociais requer que o professor articule tecnologia, conteúdo e pedagogia de forma equilibrada. A aprendizagem colaborativa em ambientes digitais não ocorre espontaneamente; depende de planejamento, curadoria de conteúdos, mediação qualificada e definição clara de objetivos. Sem essa mediação, há risco de ruídos comunicativos, conflitos improdutivos ou uso desvianista das plataformas.

Por outro lado, quando bem estruturada, a relação entre mídias sociais e aprendizagem colaborativa contribui para a formação integral dos estudantes, fortalecendo letramentos digitais, habilidades socioemocionais, pensamento crítico, criatividade e competências comunicativas. Em sintonia com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que orienta o desenvolvimento de competências como comunicação, protagonismo, responsabilidade e uso ético das tecnologias, as práticas colaborativas mediadas digitalmente respondem às exigências pedagógicas da educação contemporânea.

Em síntese, a relação entre mídias sociais e aprendizagem colaborativa configura-se como um campo dinâmico, repleto de potencialidades educativas, mas também permeado por desafios éticos, pedagógicos e técnicos. Quando utilizadas de forma intencional, reflexiva e planejada, as mídias sociais ampliam as possibilidades de interação, favorecem a construção coletiva do conhecimento e promovem aprendizagens mais significativas, críticas e participativas nos anos finais do Ensino Fundamental. Essa articulação constitui uma das bases centrais desta pesquisa e fundamenta as discussões apresentadas nos capítulos seguintes.

A relação entre mídias sociais e aprendizagem colaborativa também pode ser compreendida mediante a perspectiva da ecologia da mídia, proposta por Neil Postman (2002), segundo a qual cada tecnologia introduzida em um contexto social transforma profundamente as formas de comunicação e as estruturas de participação. As mídias sociais, nesse sentido, não apenas oferecem novos recursos para o processo educativo, mas reconfiguram modos de interação, ampliam a visibilidade dos estudantes e criam redes de colaboração que ultrapassam os limites físicos da escola. Essa ecologia digital cria um ambiente no qual a aprendizagem ocorre de maneira descentralizada, horizontal e distribuída, características alinhadas aos princípios da aprendizagem colaborativa.

Outra perspectiva relevante é trazida por Castells (2013), ao discutir a sociedade em rede, marcada por fluxos contínuos de informação, interação em tempo real e conectividade global. O autor afirma que a lógica da rede constitui um novo modo de organização social, no qual indivíduos se conectam de maneira fluida e colaborativa. Essa concepção ajuda a entender por que as mídias sociais se tornaram espaços tão significativos para o aprendizado coletivo: elas promovem redes horizontais de comunicação que favorecem interações espontâneas, parcerias e construção conjunta de soluções — processos centrais para a aprendizagem colaborativa.

Além disso, a literatura aponta que as mídias sociais oferecem oportunidades para o desenvolvimento de práticas de “cocriação”, conceito explorado por Ramaswamy e Ozcan (2014), segundo o qual múltiplos atores contribuem simultaneamente na elaboração de produtos, ideias ou soluções. Em ambientes educacionais, a cocriação ocorre quando grupos de estudantes utilizam plataformas digitais para planejar, produzir e refinar projetos coletivos, combinando conhecimentos individuais para construir resultados mais ricos e complexos. Essa dimensão criativa das mídias sociais amplia o potencial da aprendizagem colaborativa ao incorporar elementos de inovação, autoria digital e pensamento divergente.

No campo da educação digital, Buckingham (2015) reforça que as mídias sociais podem estimular práticas reflexivas e críticas, permitindo que os estudantes interajam com diversas fontes, analisem discursos e produzam narrativas próprias. Ao participar de debates, comentar produções de colegas e confrontar ideias divergentes em ambientes digitais, os alunos exercitam habilidades colaborativas e desenvolvem competências discursivas essenciais para a aprendizagem crítica. Esses processos se alinham à concepção de dialogia proposta por Bakhtin (1997), segundo a qual o conhecimento emerge do encontro entre vozes diversas, em constante negociação de significados.

Outro ponto importante refere-se ao papel do professor nesse ecossistema digital colaborativo. Kenski (2012) enfatiza que o docente deve atuar como mediador, orientador e curador de conteúdos, selecionando recursos, organizando atividades e promovendo interações significativas. No contexto das mídias sociais, esse papel inclui monitorar discussões, apoiar estudantes com dificuldades, estimular participação equitativa e garantir que as interações se mantenham éticas e produtivas. A atuação docente se torna, portanto, um elemento estruturante da relação entre mídias sociais e colaboração, assegurando que o ambiente digital seja um espaço de crescimento intelectual e não apenas de socialização superficial.

Do ponto de vista metodológico, autores como Bonwell e Eison (1991) destacam que a aprendizagem colaborativa integrada às mídias sociais favorece metodologias ativas, como aprendizagem baseada em projetos, investigação guiada, estudos de caso e aprendizagem baseada em problemas (PBL). Nesses modelos, as mídias sociais podem funcionar como espaços de organização de informações, comunicação entre membros, registro de etapas e divulgação de resultados, fortalecendo a autonomia dos estudantes e possibilitando maior fluidez no processo de trabalho colaborativo.

Além disso, as mídias sociais podem contribuir para a democratização da participação no contexto escolar. Estudos de Carvalho e Araújo (2020) mostram que estudantes tímidos ou inseguros encontram nos ambientes digitais oportunidades de participação mais confortável e gradual, o que amplia a inclusão e fortalece a colaboração. A possibilidade de interagir por mensagens, áudios, vídeos ou comentários oferece múltiplas formas de expressão, respeitando diferentes perfis comunicativos e ampliando a diversidade de vozes presentes no processo colaborativo.

Entretanto, é necessário considerar que a colaboração mediada pelas mídias sociais também apresenta limitações estruturais. Segundo Warschauer (2006), a desigualdade de acesso e de letramentos digitais pode criar barreiras para a participação equitativa. Estudantes com menor acesso à internet, dispositivos de baixa qualidade ou pouca experiência digital tendem a participar menos ou de forma menos significativa. Isso reforça a importância de políticas escolares voltadas à inclusão digital e à oferta de oportunidades formativas que preparem todos os alunos para atuar adequadamente em ambientes colaborativos digitais.

Ainda no campo crítico, Sibilia (2016) e Turkle (2017) alertam que a lógica da exposição constante nas mídias sociais pode gerar ansiedades, pressão por desempenho e práticas de comparação social que impactam o processo colaborativo. Professores devem estar atentos a esses aspectos e promover reflexões sobre ética, privacidade, autocuidado e convivência digital, orientando os estudantes a utilizarem as plataformas de forma responsável e consciente.

Por outro lado, estudos recentes como os de Redecker (2020) mostram que, quando bem integradas, as mídias sociais fortalecem a autorregulação da aprendizagem. Em grupos digitais, os estudantes costumam organizar tarefas, estabelecer prazos, compartilhar materiais e monitorar o progresso coletivo, desenvolvendo competências de autogestão e organização — habilidades essenciais para o século XXI.

Assim, a relação entre mídias sociais e aprendizagem colaborativa é marcada por uma combinação de potencialidades e desafios que precisam ser compreendidos de forma crítica e contextualizada. As duas dimensões se fortalecem mutuamente: as mídias sociais ampliam as possibilidades de colaboração, enquanto a aprendizagem colaborativa confere sentido pedagógico às interações digitais. Quando articuladas de modo intencional, essas práticas têm potencial para transformar a dinâmica escolar, tornando o aprendizado mais democrático, significativo, autoral e conectado às demandas da sociedade contemporânea.

A relação entre mídias sociais e aprendizagem colaborativa também pode ser analisada a partir do conceito de engajamento participativo, discutido por Rheingold (2012), que afirma que ambientes digitais tornam possível a formação de redes de cooperação altamente produtivas quando os usuários desenvolvem habilidades de atenção, participação e colaboração. Segundo o autor, as mídias sociais estimulam práticas colaborativas ao promoverem espaços em que as pessoas podem construir conhecimento de forma distribuída, respondendo a questões, apoiando colegas e compartilhando recursos. Isso se traduz em ambientes digitais escolares onde estudantes atuam como tutores entre pares, revisam trabalhos uns dos outros e participam ativamente da construção dos conteúdos.

Além disso, a aprendizagem colaborativa mediada por tecnologia encontra suporte em estudos de Dillenbourg (1999), que explica que a colaboração ocorre quando múltiplos indivíduos coordenam suas ações para resolver um problema comum, compartilhando responsabilidades e negociando significados. Nas mídias sociais, esse processo é reforçado pela presença de ferramentas que facilitam a organização coletiva, como comentários, enquetes, marcações, pastas

compartilhadas e fluxos contínuos de mensagens. Essas funcionalidades tecnológicas tornam a colaboração mais fluida, favorecendo a produção conjunta e o acompanhamento visível do trabalho coletivo.

Outro ponto relevante para compreender a integração entre mídias sociais e aprendizagem colaborativa é o papel da autoria digital. Para Lankshear e Knobel (2011), as práticas digitais contemporâneas, especialmente as relacionadas às mídias sociais, valorizam a construção criativa de conteúdos, como vídeos, podcasts, memes educativos, tutoriais e infográficos. Essas produções autorais, quando desenvolvidas coletivamente, permitem que os estudantes exercitem pensamento crítico, criatividade e capacidade de síntese, ao mesmo tempo que ampliam o repertório multimodal característico da cultura digital. A autoria compartilhada reforça, portanto, a dimensão colaborativa das práticas educativas mediadas por redes sociais.

Além da autoria, a curadoria digital também desempenha papel central. De acordo com Lima e Santarosa (2018), estudantes que utilizam mídias sociais para aprender precisam desenvolver habilidades de selecionar, validar e organizar informações de forma colaborativa. Esse processo de curadoria coletiva fortalece competências investigativas, promove leitura crítica e estimula a tomada de decisões informada, elementos essenciais para aprendizagens profundas e significativas. A criação de listas de referências, pastas de conteúdos compartilhados e sequências didáticas colaborativas em mídias sociais representa exemplos de práticas de curadoria que ampliam a aprendizagem colaborativa.

Sob outra perspectiva, as mídias sociais contribuem para a personalização do aprendizado colaborativo. Anderson (2016) argumenta que ambientes digitais permitem que cada estudante esteja em um ponto do processo de aprendizagem, mas ainda assim participe de forma significativa da atividade coletiva. Ferramentas como fóruns, mensagens privadas, notificações e chats instantâneos possibilitam que alunos avancem em ritmos distintos, ao mesmo tempo que se envolvem em interações colaborativas, enriquecendo o processo de aprendizagem para todos os participantes.

A perspectiva da aprendizagem híbrida também amplia essa relação. Horn e Staker (2015) explicam que modelos híbridos integram atividades presenciais e digitais, criando ambientes flexíveis nos quais a aprendizagem colaborativa pode ocorrer em múltiplos espaços. Nas redes sociais, estudantes podem continuar discussões iniciadas na escola, revisar conteúdos, cooperar na resolução de tarefas e coordenar projetos coletivos, estendendo a sala de aula para o universo digital. Essa ampliação temporal e espacial da aprendizagem fortalece o vínculo dos alunos com o conhecimento, tornando-o mais contínuo e contextualizado.

No campo da aprendizagem emocional, autores como Kohut e Ramos (2019) ressaltam que as interações digitais colaborativas podem promover sentimentos de pertencimento, apoio mútuo e confiança, desde que bem orientadas. A colaboração nas mídias sociais pode criar redes de solidariedade entre estudantes, permitindo que se apoiem academicamente e emocionalmente, especialmente em momentos de dúvida, desafio ou insegurança. Esses elementos afetivos favorecem a permanência escolar, o engajamento contínuo e a construção de comunidades de aprendizagem mais coesas.

Por outro lado, estudos como os de Floridi (2014) alertam que o ambiente digital cria o que ele chama de “infosfera”, um espaço em que as fronteiras entre informação e desinformação são porosas. Ao integrar mídias sociais no processo colaborativo, torna-se fundamental que o professor oriente os estudantes na análise crítica das fontes, no reconhecimento de práticas não confiáveis e no fortalecimento da ética digital. Assim, práticas colaborativas em mídias sociais precisam estar associadas a uma educação que desenvolva literacias digitais amplas, que incluam não apenas domínio tecnológico, mas também competências críticas, éticas e sociais.

Além disso, a colaboração em ambientes digitais frequentemente envolve negociações identitárias. Sibilia (2016) destaca que as mídias sociais incentivam performances identitárias que podem influenciar a interação entre os estudantes. Em situações de aprendizagem colaborativa, essas performances podem tanto fortalecer a participação quanto gerar tensões, como a preocupação com a aparência online ou com a avaliação social. O papel do professor, nesse sentido, inclui a promoção de ambientes acolhedores, respeitosos e orientados para a aprendizagem, evitando práticas de silenciamento, exclusão ou exposição excessiva.

Outro aspecto fundamental é o desenvolvimento da literacia algorítmica, discutida por Pasquale (2015). Como as mídias sociais operam com base em algoritmos que filtram conteúdos e influenciam a visibilidade das postagens, entender como essas lógicas funcionam é crucial para que estudantes possam participar de modo consciente e colaborativo. A educação precisa, portanto, incluir debates sobre privacidade, dados digitais, vieses algorítmicos e o impacto dessas dinâmicas na construção do conhecimento coletivo.

Finalmente, a relação entre mídias sociais e aprendizagem colaborativa precisa ser compreendida como parte de um movimento mais amplo de transformação educacional. Fullan e Langworthy (2014) afirmam que a aprendizagem profunda da era digital exige colaboração, criatividade, pensamento crítico e comunicação — todas competências favorecidas pela integração entre mídias sociais e práticas colaborativas. Esses autores defendem que a inovação educacional surge quando professores e estudantes usam a tecnologia para criar novas formas de engajamento, significado e propósito na aprendizagem.

Em síntese, a articulação entre mídias sociais e aprendizagem colaborativa constitui um campo vasto, multifacetado e promissor, que aponta para uma educação mais participativa, crítica, autoral e alinhada aos desafios contemporâneos. Essa integração amplia possibilidades de interação, desenvolve competências essenciais e favorece aprendizagens mais profundas, desde que seja orientada por critérios éticos, pedagógicos e críticos, conforme exigido pela formação cidadã no século XXI.

3.Considerações finais

A presente pesquisa teve como propósito analisar o uso das mídias sociais como ferramenta pedagógica nos anos finais do Ensino Fundamental, identificando suas potencialidades, limites e implicações para a aprendizagem, a mediação docente e a formação dos estudantes na cultura digital contemporânea. Por meio de uma revisão bibliográfica sistemática, foi possível mapear produções científicas relevantes,

compreender tendências e debater perspectivas que hoje orientam o debate sobre tecnologias digitais na educação básica.

Os resultados encontrados evidenciam que as mídias sociais representam um campo promissor para práticas educativas inovadoras, desde que integradas de forma crítica, planejada e mediada intencionalmente pelo professor. A literatura analisada demonstra que tais plataformas, quando utilizadas com objetivos pedagógicos claros, ampliam as possibilidades de interação, favorecem a aprendizagem colaborativa, fortalecem o protagonismo estudantil e contribuem para o desenvolvimento de competências essenciais ao século XXI, como criatividade, comunicação multimodal e pensamento crítico.

Ao mesmo tempo, os estudos revelam que a integração das mídias sociais à prática pedagógica exige o desenvolvimento de competências digitais docentes. O professor assume papel central na orientação do uso ético, responsável e produtivo dessas ferramentas, atuando como curador de conteúdos, mediador das interações, facilitador de experiências colaborativas e articulador entre cultura escolar e cultura digital. A análise da literatura reforça que não há inovação tecnológica sem inovação pedagógica, e que a mediação qualificada é decisiva para transformar tecnologias em oportunidades reais de aprendizagem.

Apesar das múltiplas potencialidades, a revisão bibliográfica também apontou desafios significativos. Entre eles, destacam-se: riscos de exposição indevida, cyberbullying, circulação de desinformação, desigualdades de acesso e dificuldades relacionadas à formação docente. Esses aspectos indicam que o uso pedagógico das mídias sociais deve estar associado a uma abordagem crítica, fundamentada na educação midiática e na promoção da cidadania digital. Para que tais práticas sejam bem-sucedidas, é necessário considerar fatores estruturais, socioculturais e emocionais que atravessam a vida digital dos estudantes.

A discussão dos achados permitiu observar que a literatura converge para a necessidade de políticas públicas, investimentos em infraestrutura, formação docente contínua e construção de uma cultura escolar aberta à inovação. As mídias sociais, por si só, não transformam a prática educativa; é o contexto pedagógico, aliado à intencionalidade docente e ao compromisso institucional, que define o impacto dessas ferramentas.

Assim, pode-se afirmar que o objetivo geral desta pesquisa — analisar as potencialidades e desafios do uso das mídias sociais como ferramenta pedagógica no Ensino Fundamental – Anos Finais — foi plenamente alcançado. Os objetivos específicos também foram atendidos ao identificar:

- (a) as possibilidades pedagógicas dessas plataformas;
- (b) os riscos e limitações apontados pela literatura;
- (c) a relação entre cultura digital, aprendizagem colaborativa e formação dos estudantes.

Como contribuição científica, este estudo oferece uma sistematização abrangente da produção teórica sobre o tema, evidenciando caminhos, tensões e lacunas que merecem atenção de pesquisadores, gestores e professores. A revisão

bibliográfica mostrou que, embora exista uma quantidade crescente de estudos sobre mídias sociais e educação, ainda há necessidade de investigações empíricas mais profundas em contextos reais de sala de aula, especialmente na educação básica pública brasileira.

Sugere-se, para pesquisas futuras, que sejam realizadas investigações que explorem: experiências práticas de uso das mídias sociais em diferentes componentes curriculares; impactos das redes sociais nas competências socioemocionais dos estudantes; estratégias de formação docente para o uso crítico das mídias sociais; dinâmicas de aprendizagem colaborativa em ambientes híbridos; políticas de inclusão digital no contexto escolar.

Na perspectiva pedagógica, os resultados desta pesquisa reforçam que o uso das mídias sociais na educação não deve ser visto como uma tendência passageira, mas como um componente estrutural da cultura contemporânea. Cabe à escola assumir papel ativo na formação crítica e ética dos estudantes, desenvolvendo competências que os permitam participar de forma consciente, criativa e responsável da sociedade em rede.

Em síntese, esta pesquisa reafirma que as mídias sociais têm grande potencial para enriquecer as práticas pedagógicas, ampliar oportunidades de aprendizagem e fortalecer a participação dos estudantes. Contudo, esses benefícios só se concretizam quando há mediação docente qualificada, intencionalidade pedagógica e políticas de apoio que assegurem equidade, segurança e criticidade no uso da tecnologia. Assim, conclui-se que as mídias sociais podem, sim, constituir-se em ferramentas valiosas para a educação, desde que integradas a práticas reflexivas, colaborativas e alinhadas aos princípios de uma formação integral e cidadã.

4.REFERÊNCIAS

BARTON, David; LEE, Carmen. **Language Online: Investigating Digital Texts and Practices**. London: Routledge, 2013.

BOYD, Danah. **It's Complicated: The Social Lives of Networked Teens**. New Haven: Yale University Press, 2014.

BOYD, Danah; ELLISON, Nicole. **Social Network Sites: Definition, History, and Scholarship**. Journal of Computer-Mediated Communication, v. 13, n. 1, p. 210–230, 2007.

BUCKINGHAM, David. **Media Education: Literacy, Learning and Contemporary Culture**. Cambridge: Polity Press, 2010.

CASTELLS, Manuel. **Networks of Outrage and Hope**. Cambridge: Polity Press, 2012.

CRYSTAL, David. **Internet Linguistics: A Student Guide**. London: Routledge, 2011.

DAVENPORT, Thomas; BECK, John. **The Attention Economy**. Boston: Harvard Business School Press, 2001.

ELLISON, Nicole; STEINFELD, Charles; LAMPE, Cliff. **The Benefits of Facebook “Friends”**. Journal of Computer-Mediated Communication, v. 12, n. 4, p. 1143–1168, 2011.

GERBAUDO, Paolo. **Tweets and the Streets**. London: Pluto Press, 2012.

GILLESPIE, Tarleton. **Custodians of the Internet: Platforms, Content Moderation, and the Hidden Decisions That Shape Social Media**. New Haven: Yale University Press, 2018.

GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2009.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.

HAN, Byung-Chul. **A Sociedade da Transparência**. Petrópolis: Vozes, 2014.

ITO, Mizuko; LIVINGSTONE, Sonia; PASTUKHOVA, T. **Hanging Out, Messing Around, and Geeking Out**. MIT Press, 2013.

JENKINS, Henry. **Convergence Culture: Where Old and New Media Collide**. New York: New York University Press, 2009.

JENKINS, Henry. **Fans, Bloggers, and Gamers: Exploring Participatory Culture**. New York: NYU Press, 2006.

JENKINS, Henry; FORD, Sam; GREEN, Joshua. **Spreadable Media: Creating Value and Meaning in a Networked Culture**. New York: New York University Press, 2014.

KAPLAN, Andreas; HAENLEIN, Michael. **Users of the world, unite! The challenges and opportunities of Social Media**. Business Horizons, v. 53, n. 1, p. 59–68, 2010.

KOZINETZ, Robert. **Netnography: Redefined**. London: Sage, 2015.

LIVINGSTONE, Sonia. **Digital Literacies and the Contemporary Media Ecosystem**. Media International Australia, 2014.

MORAN, José Manuel. **Metodologias Ativas para uma Educação Inovadora**. Campinas: Papirus, 2018.

PARISER, Eli. **The Filter Bubble: What the Internet Is Hiding from You**. New York: Penguin Press, 2011.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

RIDEOUT, Victoria; FOEHR, Ulla; ROBERTS, Donald. **Generation M2: Media in the Lives of 8- to 18-Year-Olds**. Kaiser Family Foundation, 2010.

SELWYN, Neil. **Education and Technology: Key Issues and Debates**. London: Bloomsbury, 2016.

SIBILIA, Paula. **O Show do Eu: A intimidade como espetáculo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

THOMPSON, John B. **A Mídia e a Modernidade: Uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2011.

TOFFLER, Alvin. **The Third Wave**. New York: Bantam, 1980.

VALENTE, José Armando. **Aprendizagem Ativa: Uma Abordagem Pedagógica para Inovar**. Campinas: PUC-Campina

